

Revisando memórias e reinventando identidades nos álbuns de família de comunidades quilombolas¹Márcia Guena dos Santos²Uilson Viana de Souza³

Universidade do Estado da Bahia

RESUMO

O projeto de pesquisa “Perfil Fotoetnográfico das Populações Quilombolas do Submédio São Francisco: Identidades em Movimento” tem realizado estudos sobre memória, história e território, através da investigação dos álbuns fotográficos de famílias em algumas comunidades investigadas. Neste artigo apresentamos como as narrativas construídas através da leitura dos álbuns de família pelos próprios sujeitos contribuem para a discussão de suas identidades, tendo como referência o marco legal quilombola, em duas comunidades de Juazeiro, na Bahia, Alagadiço e Cural Novo. Esta pesquisa concluiu que as fotografias armazenadas em álbuns de família representam uma importante linguagem para acessar memórias e identidades, colaborando para a inserção nos marcos cidadãos instituídos pelo Estado com relação aos direitos quilombolas.

Palavras chave: Fotografia; álbuns de família; memória; quilombos

Introdução

O projeto de pesquisa “Perfil Fotoetnográfico das Populações Quilombolas do Submédio São Francisco: Identidades em Movimento” tem revelado várias dimensões acerca da memória e do território onde vivem as populações de origem negra e indígena da área em questão, particularmente da cidade de Juazeiro, na Bahia. Desde de 2011 o projeto dedica-se a levantar informações sobre as comunidades oficialmente demarcadas como quilombolas junto ao Ministério do Desenvolvimento, construindo um banco de dados público, através de plataformas virtuais, utilizando várias linguagens e metodologias do campo da comunicação como entrevistas em áudio e vídeo, reportagens e principalmente a fotografia. Para esta última temos trabalhado com uma metodologia oriunda da antropologia, a fotoetnografia, pois entendemos que os dois campos dialogam muito bem quando se tratam de pesquisas relacionadas a grupos étnicos, com uma duração expandida.

O submédio São Francisco engloba cidades nos estados da Bahia e Pernambuco, “estendendo-se de Remanso até a cidade de Paulo Afonso (BA), e incluindo as sub-bacias dos rios Pajeú, Tourão e Vargem, além da sub-bacia do rio Moxotó, último afluente da margem esquerda”. (CODEVASF, 2009). Na Bahia fazem parte dessa área as cidade de de

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista, professora do curso de Comunicação Social – Jornalismo em Múltiplos Meios da UNEB, doutora em História. mguena@uneb.br

³ Jornalista, estudante do Programa de Pós Graduação em Educação e Culturas do Semiárido da UNEB. uilsonego@hotmail.com

Remanso, Sobradinho, Juazeiro, Curaça (1) e Paulo Afonso; em Pernambuco estão as cidade de Petrolina (2), Santa Maria da Boa Vista (3), Ouricuri, Belém do São Francisco, Floresta (2), Petrolândia (1) e Serra Talhada. Os números entre parênteses representam a quantidade de comunidades quilombolas certificadas. Neste perímetro, segundo a Fundação Palmares (2015), existem, pelo menos 9 comunidades certificadas e mais 17 sem certificação, 14 delas localizadas na cidade de Juazeiro, onde a nossa pesquisa tem se concentrado nesse momento.

A pesquisa tem se dedicado a uma discussão constante sobre questões éticas relacionadas a importância ou não da divulgação dessas informações através da internet. Inicialmente um dos caminhos encontrados foi, a submissão do projeto ao Comitê de Ética e Pesquisa, o qual autorizou a realização das investigações. O segundo passo é o consentimento da própria comunidade, não só através da assinatura oficial dos documentos, mas do interesse em ver suas informações divulgadas.

O que nos motivou a desenvolver essa pesquisa foi o distanciamento entre a origem desses grupos e os direitos já garantidos às comunidades quilombolas pelo Estado. Ou seja, diante de um marco legal já instituído no Estado brasileiro através do Artigo 68 da Constituição, e de programas federais voltados para o apoio de populações quilombolas, como o Programa Brasil Quilombola, coordenado pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e com o envolvimento de 11 Ministérios. Em algumas cidades brasileiras, como Juazeiro, esse marco legal é totalmente desconhecido pelas populações interessados. Um marco da conquista cidadã que não alcança igualmente todas as cidades brasileiras. Entendemos assim que as pesquisas em comunicação podem ter um papel importante nesse processo, favorecendo o conhecimento dessas comunidades e ao mesmo tempo, através da pesquisa ação, possibilitando o acesso dessas populações a seus direitos.

De acordo com dados da Fundação Palmares, divulgados em junho de 2015, hoje existem 2606 comunidades certificados no Brasil, sendo a Bahia o estado com maior número de certificações, 653, e em Pernambuco são 137 (FUNDAÇÃO PALMARES, 2015). Em Juazeiro, de acordo com a Fundação Palmares não existe nenhuma comunidade certificada; em Petrolina, existem duas. No município vizinho a Juazeiro, em Senhor do Bonfim há 16 comunidades quilombolas certificadas, certamente em consequência de um trabalho de articulação já existente na região em torno do quilombo de Tijuassu, uma das primeiras comunidades certificadas naquela cidade, em 2005. Ou seja, em um dos municípios cobertos pela nossa pesquisa, com 73% de população parda e preta, de acordo

com informações do IBGE de 2010, o desconhecimento sobre os direitos e processos para certificação é generalizado.

Assim, partimos para a pesquisa ação. Dentre os subprojetos realizamos oficinas de fotografia nas comunidades do Alagadiço e Quipá; oficina de Internet na comunidade do Alagadiço; exposição fotográfica com os trabalhos realizados pelos sujeitos, sempre em torno da discussão sobre identidades, marcadamente negra e indígena e sobre direitos. Nesta etapa do trabalho estamos trabalhando com a investigação dos álbuns de família, pois ela permite revisita a memória sobre a história local, tanto de questões sociais como políticas, remetendo a lutas das comunidades, a festas e tradições negro-indígenas e a aspectos particulares das famílias. Permite também repensar o território e o quanto ele mudou ao longo dos anos. Outro aspecto muito evidente nos relatos são os laços de consanguinidade que aparecem ao comentarem as imagens e seus sujeitos. No caso particular das comunidades quilombolas de Juazeiro, há cerca de cinco comunidades localizadas às margens do São Francisco, que distam cerca de 5 quilômetros uma da outra, um pouco menos ou um pouco mais, cujas histórias se entrelaçam e seus moradores possuem laços de parentesco, o que remete para uma origem comum. Todos estes relatos são exigidos ao se solicitar, oficialmente, a certificação enquanto comunidade quilombola frente ao Estado. Desse modo, entendemos que a investigação dos álbuns de família, a partir das imagens produzidas pelos próprios sujeitos, dos momentos relevantes de suas histórias possui um peso inestimável para a conformação da memória negro-indígena na região. São esses aspectos que relatamos a seguir como resultado da investigação que temos realizado.

Metodologia

No decorrer da pesquisa, ao visitar as residências de várias famílias percebemos algo curioso que se repetia em muitas delas: em várias salas, logo na chegada do visitante, as fotografias de familiares, pais, mães, irmãs, sobrinhos, vivos e mortos enfeitavam as paredes, em molduras formais e imagens coloridas manualmente, em tempos dos grandes programas de edição de imagens. A casa de Dona Rita de Souza, uma das primeiras do Alagadiço, exhibe abaixo o que iria se repetir em muitas outras. Aqueles cenários intrigantes instigavam e pediam um olhar mais atento, afinal o projeto estava falando de fotografia, produzindo novas imagens daquelas pessoas sem atentar para uma memória que estava ali,

na nossa frente, quase exigindo atenção. A partir daí começamos a investigar os álbuns de família.

Neste artigo discutimos as imagens pertencentes à famílias de duas comunidades: Alagadiço e Curral Novo, em Juazeiro. Foram entrevistadas duas famílias no Alagadiço e mais duas em Curral Novo, utilizando como critério a presença dos moradores mais velhos e que possuíam álbuns fotográficos. Histórias distintas, mas que remetem a uma memória coletiva que contribui para o reforço das novas identidades que foram construídas dentro dos novos discursos de pertencimento a uma lógica quilombola, definida politicamente tanto pelos grupos de pressão, como pelos movimentos quilombola e negro, quanto pelo Estado, quando este incorporou as reivindicações desses grupos a um marco legal brasileiro sobre a questão, como já foi citado anteriormente.



Dona Rita, comunidade do Alagadiço, Juazeiro, Bahia

O projeto trabalhou inicialmente com a produção de imagens dessas comunidades, no campo da fotoetnografia, empregando outras metodologias da comunicação, como perfis, entrevistas registradas em áudio e vídeo. Porém, essas metodologias nos levaram a novas reflexões, principalmente sobre o significado das imagens que produzíamos. Ou seja, que tipo de leitura-imagem estávamos elaborando sobre aqueles grupos? A que lugar conduziria aquele olhar estrangeiro? Este questionamento provocou dois movimentos: a realização de oficinas de fotografia, para que os grupos produzissem imagens sobre si mesmos, a partir de seus interesses; e a investigação dos álbuns de família, para aquelas que assim o permitissem. Os álbuns de família carregavam na sua gênese aspectos relevantes: haviam sido produzidos pelos membros da família, ou amigos próximos que conheciam melhor do

que nós aquela realidade; revelavam momentos importantes, que mereciam ser registrados nas histórias das comunidades, portanto merecedores de atenção. Esse deslocamento permitiu uma nova forma de acesso a memória e a história desses grupos, com a alteração do protagonismo dos sujeitos, agora agentes da imagem, se assim podemos nominar.

Os álbuns de família sempre fomentaram pesquisas diversas. Como afirma Susan Sontag (2006, p.23) “estas pegadas espectrais, as fotografias, constituem a presença vicária dos parentes dispersos. O álbum familiar se compõe geralmente da família estendida e, muitas vezes, é a única coisa que sobra dela”. No caso das famílias quilombolas em questão essa afirmação se aplica muito mais a uma família que se dispersou em função das difíceis condições de permanência na terra do que em função de uma modificação da família advinda da modernidade.

O autor colombiano Armando Silva (2008) afirma em seu livro “Álbum de família: a imagem de nós mesmos” que o álbum de família conta histórias a partir do ponto de vista de todos os envolvidos: filhos, pais, avós, mães etc. Para ele o álbum é rito, portanto memória, lembrança e esquecimento, já que os momentos são escolhidos, bem como seus enquadramentos. Para as comunidades visitadas é uma memória bastante cara, pois são poucos os registros e quase sempre feitos por algum parente que trouxe uma máquina fotográfica, rara no grupo investigado.

No decorrer da discussão desse trabalho, foi importante a investigação realizada por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelas pesquisadoras Nara Magalhães, Ângela Zamin, Lourdes Silva, Marcia Anselmo e Reges Sschwaab, que investigou álbuns de família negras em Porto Alegre. Em um de seus artigos trazem uma feliz reflexão de Machado (1984 apud MAGALHÃES et al):

(...) que considera mais profícuo examinar modos como cada comunidade fotografa e se deixa fotografar, ao invés de apoiar-se em um suposto processo imparcial de visão da câmara. Desse movimento, segundo o autor, é possível obter um inventário de situações e valores de cada grupo” (MAGALHÃES et. al.. 2011, p. 160)

A fotoenografia

A fotoenografia, conceito utilizado no projeto maior dessa pesquisa, também ajudou a pensar os álbuns de família. No livro *Diálogo e Fotografia* os autores afirmam que “narrativas são ações em nome da memória” (Tiburi e Achutti, p.59) e os álbuns acionam a memória e reconstruem uma narrativa, com novo olhar. Segundo Achutti, para construir

uma narrativa fotográfica é necessário “estruturar corretamente um conjunto de imagens fixas a fim de propô-las enquanto narração ou relato visual” (ACHUTTI, 2004, p. 84).

Para Achutti (2004), autor que cunhou o termo fotoetnografia, em 2006, esse método representa a inversão do uso da imagem apenas como ilustração, passando ao status de linguagem em si, sem, contudo, desconsiderar o texto. Ele sugere que as narrativas sejam montadas com sequencias de imagens, que vão desde os planos mais gerais ao detalhe da cena. É “a fotografia como escritura por inteiro, quando se para de recorrer às palavras para se deixar levar em uma viagem visual reveladora, abrigando o inefável que igualmente encerra conhecimento e sentido” (ACHUTTI, 2004, p. 87).

Assim, apesar de não haver a presença do fotógrafo ou do etnógrafo na produção das imagens, os álbuns de família já estão muitas vezes estruturados em narrativas fotoenográficas sobre as quais se faz o caminho inverso, o da leitura dessas imagens, que podem gerar novos textos ou apenas uma nova organização imagética.

Quando o etnógrafo leva as imagens que produziu para que a comunidade avalie, acrescente, opine e observe esse torna-se um procedimento enriquecedor ao olhar do pesquisador. Achutti (2004) fala dessa importância ao citar Jean Rouch:

O etnógrafo tem a possibilidade de projetar, diante da população estudada, as imagens que tirou dela. Os atores do filme são levados a criticar as imagens a pedido do operador e, dessa confrontação, pode assim surgir um diálogo de incomparável riqueza (Rouch, 1968, p. 463 apud ACHUTTI, 2004, p. 95).

Nessa pesquisa os sujeitos são levados a revisitar as imagens realizadas por eles mesmos, atribuindo novos valores a partir de referenciais contemporâneos. As famílias olham as imagens e contam sobre suas histórias familiares, lembram dos pais e suas atividades, recordam-se dos espaços, compondo-os e recompondo-os. Se projetarmos essas possibilidades dentro da perspectiva das exigências para certificação enquanto comunidades quilombolas, muitas respostas podem ser dadas: a delimitação do espaço, o o tempo de ocupação das áreas, a origem do lugar e de seus primeiros ocupantes, seus costumes e tradições etc. Os temas das narrativas foram apontados pelas famílias: as festas familiares que incluem aniversários, casamentos, batizados; os encontros comunitários, reuniões políticas, festas populares do local e atividades comunitárias;

Os passos da pesquisa

A pesquisa seguiu os seguintes passos dentro de comunidades em que o projeto possuía laços já constituídos e de confiança. Foram escolhidas duas famílias em cada uma das

comunidades cujos vínculos fossem importantes na comunidade, ou pelo tempo de vida ali ou pela participação política. Outro critério de escolha foi a existência de álbuns ou fotos esparsas da família. Em seguida solicitamos autorização para conhecer e reproduzir os álbuns, para uso acadêmico, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Após ter reproduzido os álbuns, iniciamos entrevistas abertas, gravadas em vídeo, com as famílias para que relatassem o que representava cada situação exibida nas imagens. Estas entrevistas foram gravadas e permitiram a inter-relação de vários episódios importantes das vidas privadas e dos momentos coletivos.

Conceito de quilombo

Neste artigo trabalhamos com a definição de quilombo discutida pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), consequente de uma ampla discussão deflagrada no país em função da constituição de 1988.

Está expressa na terminologia “comunidades negras rurais quilombolas”, territórios onde vivem as populações quilombolas de origem africana, conceito que incorpora as “terras de santo”, “terras de preto”, “mucambos” e quilombos (O'DWYER, 2002). Esses territórios não são fruto apenas da fuga de escravos no período escravocrata, com a conseqüente formação de um grupo de resistência ao sistema de então, eles representam formas diferenciadas de ocupação da terra, decorrentes de laços de consangüinidade, familiaridade, religiosidade entre outros.

O Alagadiço⁴

A Comunidade Quilombola Alagadiço fica a cerca de 20 quilômetros do centro de Juazeiro, extremo norte da Bahia, depois da comunidade do Rodeador. Com 43 famílias, a fonte de renda principal é a agricultura familiar e a pecuária, no entanto muitas famílias venderam suas terras originais, localizadas às margens do Rio São Francisco, restando para a comunidade uma pequena parte das terras sem acesso ao rio.

Hoje os moradores do Alagadiço vivem em um lote de terra, cujas casas são em grande parte de enchimento e taipa, em um espaço que se assemelha a um corredor. No território

⁴ Uma parte da pesquisa do Alagadiço foi realizada pela estudante do curso de Comunicação Social – Jornalismo em Mulmeios da UNEB, Monique Marques da Silva Oliveira, que foi bolsista do projeto pela Fapesb e realizou parte da investigação sobre álbuns de família na comunidade. As fotos são de autoria de Márcia Guena, com exceção das imagens de Dona Vino, que é de Raryana Wenethya, também estudante voluntária do projeto de pesquisa.

da comunidade há uma escola desativada e uma pequena capela, católica, recentemente reformada. Não existe posto de saúde e caso alguém necessite de atendimento médico precisa deslocar-se até a cidade de Juazeiro.

Segundo dona Antônia Alvina do Santos, conhecida como dona Vinô, uma das moradoras mais velhas, a comunidade tem lutado há anos para manter a terra, sempre sofrendo ameaças dos proprietários vizinhos, que muitas vezes utilizam armas de fogo em suas investidas. Um grupo de pesquisadores da região, vinculado a diversas entidades, como a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) já fez um importante levantamento da comunidade na década de 90, que contou com a participação de todos, com uma proposta que tangenciou técnicas empregadas em educomunicação, como oficinas participativas de vídeo e fotografia.

O espaço ocupado hoje pelos moradores não corresponde à área que habitavam originalmente, em decorrência de processos diversos de ocupação externa da terra, como a expansão do agronegócio e dos latifúndios, um processo vivido pela maioria das comunidades ribeirinhas. Assim, muitas comunidades, como o Alagadiço, perderam o acesso livre ao Rio e conseqüentemente à água. Acessar a memória contida nos álbuns de família remete tanto a história dos espaços como das pessoas.

Em todas as casas do Alagadiço estão estampadas as fotos de familiares e de representantes importantes da religião católica. Essas imagens permitem uma entrada preliminar aos álbuns de família, como pode ser visto abaixo na casa de Eufrosina dos Santos, de 77 anos, e Francisco dos Santos: na primeira foto o casal se deixou fotografar pelos pesquisadores; na segunda, o quadro com uma fotografia pintada à mão, conduz a lembrança do casal quando era jovem e já morava naquela localidade. Os dois nasceram e tiveram seus filhos no Alagadiço e já nas paredes está narrada parte dessa história. Quase todas as comunidades da região trazem uma forte tradição católica e as pessoas mais velhas nasceram ali, o que conduz ao estabelecimento de uma temporalidade para a comunidade.



Ao comentar a sua foto mais jovem, ao lado do marido, Eufrosina relembra que nasceu na localidade, assim como seus pais. A foto foi um gatilho da memória para trazer à tona a luta pela terra. “Eu nasci aqui, meus pais nasceram aqui e o pai dos meus pais nasceram aqui. Nasci aqui e nunca saí pra canto nenhum e vou morrer aqui, pra me enterrar no cemitério acolá”⁵. Os homens viviam de cortar e vender lenha e as mulhé plantavam na beira do rio. Mas a geração dela passou a vender as terras. “O Redeador, a Lagoa e o Alagadiço era um povo só. Cresceu, agora não conheço ninguém”. “Essa roçona aqui era do pobre, mas o homem comprou e queria que nós saísse daqui. Mas os home de Juazeiro não deixaram”. “Querida tirar nós daqui pra coloca lá, na beira da rodage. Mode de que home?!. Meu filho aceitou!. Eu não! E eu não deixei derrubar minha casa, não”, relata Dona Eufrosina.

Ao olhar as fotos das festas da comunidade Eufrosina lembra que dançava muito e havia na comunidade o samba de véio, uma tradição presente em várias comunidades afrodescendentes da região, perdida no Alagadiço, mas mantida em outros lugares. “Eu cantava piaba aê”. João Dandá, do Rodeadouro, quando era tempo de missa, fazia festa, botava os tambor pra tocá e nós dançava que só”.

Dona Vinô



Na casa de Dona Vinô, uma das principais lideranças da comunidade, as paredes também são adornadas com imagens de santos católicos e de seus familiares. Cega, com 83 anos Vinô tem uma lembrança muito presente dos episódios vividos pela família e pela comunidade.



⁵ Optamos por utilizar as formas de fala dos entrevistados, pois traz novos elementos da cultura local.

Na foto acima, à direita, estão, da esquerda para a direita, dona Vinô, uma sobrinha e a irmã mais velha, já falecida. A mãe de Dona Vinô morreu quando todas as filhas, no total de quatro, ainda eram crianças e ela lembra do desvelo do pai e da irmã mais velha para criá-los, ali no Alagadiço. O pai trabalhava na roça e as crianças vendiam os produtos na feira. “Tinha casa de farinha, plantava mandioca, tirava lenha pra vender na companhia”. Quando crianças estudavam em uma comunidade vizinha, Lagoa, para onde tinham que andar cerca de três quilômetros para ir e mais três para voltar.

Em outro álbum da família Dona Vinô guarda imagens de um momento político da comunidade, quando era presidente da Associação de Moradores, na década de 80, momento em que um conjunto de professores universitários, entre eles Edonilce Barros, ao lado da EBDA, realizou um projeto de Comunicação para documentar todas as ações da comunidade. Segundo Edonilce, hoje professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), nesse projeto o território e as famílias foram identificados e aconteceram oficinas de vídeo e fotografia com a finalidade de levantar os principais problemas. Vinô lembra com entusiasmo, pois o resultado foi apresentado pela comunidade e pelos professores em um congresso em Brasília.



Na primeira foto Dona Vinô conversa com uma moradora durante uma atividade. Na segunda, os moradores posam para uma foto e na terceira uma das pesquisadoras realiza oficina com a comunidade. As ações contavam com a participação de outras comunidades vizinhas como o Rodeadouro e a Lagoa, distantes cinco e três quilômetros respectivamente. O resultado desse projeto foi a construção da escola e da estrada que dá acesso a comunidade. A igreja do local também foi construída assim com a ajuda dos vizinhos.

O território hoje ocupado pela comunidade é completamente diferente da área onde moravam nos anos 90. As terras que margeiam o rio foram sendo vendidas pelos moradores a um só proprietário, que também se tornou dono da faixa posterior, atrás da comunidade. Ou seja, o Alagadiço ocupa uma faixa estreita de terra que ainda é cobiçada pelo proprietário vizinho, que constantemente os ameaçam. “A gente tem sofrido com Dejinha, o dono da terra”, relata Lúcia, irmã de Vinô. “Ele vem aqui ameaçar nós. Aqui pra vocês assinarem pra sair da terra”.

Curral Novo⁶

A comunidade de Curral Novo, localizada a cerca de 30 quilômetros do centro de Juazeiro, foi formada às margens do riacho Salitre, porém a enchente de 1960 e constante perda de terras os deslocou para onde estão hoje.

A comunidade guarda uma história de aproximadamente 150 anos de ocupação, como pode se constatar a partir das memórias de dona Augusta Maria de Souza, conhecida como Augustinha, uma das moradoras mais velhas, hoje com 81 anos. A terra que ocupavam era vasta, até a chegada na região de um grande produtor de frutas, que agora planta manga para exportação, como relata Augustinha. Ele adquiriu dos moradores antigos, de diferentes maneiras, uma grande área antes ocupada pela comunidade. Hoje grande parte dos moradores são seus empregados. Augustinha conta que no Curral Novo nasceram seus pais, Maria Leocádia da Silva e Manuel Ângelo de Souza, irmão de Miguel Angelo de Souza, homem que deu nome à escola do local e ajudou muito a família, principalmente na educação dos filhos. Em função do casamento com a filha de uma família mais abastada, o tio teve uma condição melhor de vida.

A sua avó foi durante muitos anos a única parteira de toda a região que abarca quatro comunidades, hoje demarcadas como quilombolas junto ao Ministério do Desenvolvimento: Rodeadouro, Alagadiço, Barrinha do Cambão e Curral Novo. Ou seja, quase todos nasceram a partir das mãos de sua avó. O pai de Augustinha vivia do plantio de cebola e venda de lenha em Juazeiro. Ele ensinou várias técnicas de artesanato para as filhas, como a confecção de vassouras e esteiras, peças que fabrica e vende até hoje. Com o pai também aprendeu a fazer rapadura, com a cana de açúcar plantada na localidade. Nas fotos abaixo

⁶ Uma parte dessa investigação foi realizada pelo bolsista do projeto e estudante do curso de Comunicação Social – Jornalismo em Múltiplos Meios, Cassio Felipe

estão os pais de Dona Augustinha e Zé Neto, o sanfoneiro que alegrava as festas da comunidade.



Ao olhar a imagem de Zé Neto Augustinha solta uma gargalhada na frente de casa: “Ei, ele chegava e nós arrocava mesmo! Ele morava aqui e era nosso primo. Eu sou prima carnal de Narinha e Betinha é fia de um irmão meu, Gerônimo. A mãe de Betinha é irmã de Zé Leite, o sanfoneiro”. As duas, Narinha e Augustinha lembram das festas e que dançavam o “fórró pé de serra”, muito comum na região.

Na foto abaixo Dona Augustinha ensina as crianças da escola local a confeccionar vassouras, uma prática artesanal que mantém até hoje, vendendo para a comunidade e vizinhos:



Todas as comunidades investigadas são extremamente católicas e Curral Novo não foge à regra. Todas as datas religiosas são festejadas, em particular a Festa de Reis, que acontece no dia 6 de janeiro, celebrando a visita dos Três Reis Magos ao cristo nascido. Para essa comemoração Dona Augustinha prepara uma peça de arte, A Lapinha, uma espécie de presépio. “Lapinha é o nascimento de Jesus. Primeiro vem o menino Deus”. Ela conta que no dia de desarmar a Lapinha todos da comunidade cantam o Reis, agradecendo o ano e todas as graças alcanças. Há mais de 60 anos Dona Augustinha preserva essa tradição. Ela lembra alguns versos que cantava no Reis e logo depois o Samba de Veio, conduzido pelo

pai, que era sambista: “Chegou o rei de Belém, tá na casa do moço de bem. Chegou, chegou do Belém tá na casa do moço de bem”, versos que recebiam os Reis Magos. Mas quando o samba começava cantava assim: “Eu plantei meu legume na beira da praia/ E comi todo verde igual a Jandaia/ Quando cheguei nessa casa perguntei pelo dono da casa/Amarelou o riacho comeu”. Enquanto dona Augustinha comentava as suas fotos, a prima Narinha já estava com as dela na mão.

A prima de Augusta: Narinha

O pai de Narinha morava na Lagoa, uma comunidade vizinha, localizada a 7 quilômetros do Curral Novo, “arrancando mandioca, pra fazer beiju, pra comer com peixe”, como ela conta. A mãe de Narinha a entregou ao tio Miguel Arcanjo, que passou a cuidar de sua criação na cidade de Juazeiro. Ainda muito menina, Narinha passou a fazer tudo para a família do tio e padrasto “Minha mãe me deu, pequena. Ele não me ensinou a ler, mas eu fazia tudo: torrava café, carregava lenha, mojava a cebola....Agora ler eu não sei”. O pai, na foto abaixo à esquerda, se chamava Cesário Leite, e permaneceu trabalhando na roça:



Os moradores da comunidade preservam vários elementos de cultura negra na região, como o Samba de Veio, uma grande expressão musical e artística muito presente entre as comunidades negras quilombolas.

Percebem-se laços de consanguinidade, quando dona Narinha revisita as fotos. A história dos 7 filhos marcam a vida da senhora, que vai lembrando aqueles que partiram para São Paulo e Juazeiro, memórias entremeadas pelas recordações do lugar. A primeira comunhão da filha mais velha, Maria Zélia, registrada na foto acima, mostra como a igreja católica sempre foi presente nessas comunidades, constante na memória imagética das famílias.

As duas famílias entrevistadas no Alagadiço revisitaram seus álbuns de família e construíram uma narrativa textual e imagética capaz de subsidiar várias respostas necessárias ao

processo de certificação. Além disso, apontou para os laços de consanguinidade existentes nas comunidades vizinhas, outro indício de uma herança negra na localidade.

Considerações finais

Investigar os álbuns de família nas duas comunidades de Juazeiro, Curral Novo e Alagadiço revelou a importância dos sujeitos na produção e leitura de suas próprias imagens. Se por um lado fotografá-los trouxe elementos importantes para a conformação de uma história quilombola na região, visitar os álbuns de família aproximou pesquisadores e sujeitos de uma memória sensível até então não acionada nessa dimensão. Pode-se ouvir gargalhadas, como a de Augustinha ao olhar a foto do sanfoneiro, lembrando assim o quanto as festas, com traços da cultura negra, eram importantes e presentes na comunidade. Pode-se também perceber a força de Dona Vinô ao recordar os tempos de luta comunitária e construção de um projeto a ser levado para um grupo de fora.

Como esse artigo pretendeu articular essas narrativas ao que é exigido no processo de certificação (uma história com a presença de elementos da cultura negra), acredito que atingimos em grande medida o que foi pretendido. Os elementos dessa cultura apareceram no exame das imagens, bem como os laços de parentescos em todas as comunidades da região. Apontaram também para um passado em que as comunidades mais próximas se relacionavam, construindo ações conjuntas.

Esses são elementos importantes para a construção dos processos de certificação de terras e posterior titulação exigidos respectivamente pela Fundação Palmares e pelo Incra. Esses resultados têm sido devolvidos para as comunidades, para que aproveitem essas informações para a construção de seus histórias e laudos exigidos pelos Estado. Por isso então classificamos essa como uma pesquisa ação, que tem contribuído com a constituições das novas identidades sociais e territoriais desses grupos do submédio São Francisco.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. *Fotoetnografia da Biblioteca do Jardim*. Porto Alegre, Editora da UFRGS/Tomo Editorial, 2004.

CODEVASF. PLANVASF. *Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco*. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/principal/publicacoes/publicacoes-atuais/planvasf>. Acessado em 01 de abril de 2011.

FUNDAÇÃO PALMARES. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/>, 2015.

IBGE. Disponível em

MAGALHÃES, Nara et.al. Fotografias na cidade, imaginários urbanos. Uma experiência com álbuns de família em Porto Alegre Imaginada. *Discursos Fotográficos*. Londrina, v.7, N. 11, p. 157-174, jul/dez, 2011.

O'Dwyer, Eliane Cantarino. Terras de Quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção. PINHO, Osmundo; SANSONE, Lívio. *Raça*. Novas Perspectivas antropológicas. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia; Edufba, 2008.

OLIVEIRA, Monique Marques; SANTOS, Márcia Guena. Percurso Metodológico na Pesquisa em Álbuns de Famílias do Alagadiço: Uma Comunidade Rural Quilombola. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – João Pessoa - PB – 15 a 17/05/2014*.

QUILOMBOS E SERTÕES. Disponível em: www.quilomboseserto.es.blogspot.com.

SANTOS, Márcia Guena. Quilombos de Juazeiro: enfrentamentos e perspectivas a partir de uma abordagem fotoetnográfica. *Revista ComSertões*, V.1, N. 2, Juazeiro, 2014.

SILVA, Armando. *Álbum de família: a imagem de nós mesmos*. São Paulo: SENAC, 2008.

SONTAG, Susan. *Sobre la Fotografia*. Alfaguara, Mexico, 2006.